

38º Encontro Anual da ANPOCS

GT 13

Elites e espaços de poder

**“Elites” políticas e intelectuais no início da República (1891-1895)**

Rodrigo da Rosa Bordignon

PPGCP/UFRGS

## **“Elites” políticas e intelectuais no início da República (1891-1895)**

Rodrigo da Rosa Bordignon<sup>1</sup>  
PPGCP/UFRGS

### **Resumo**

O presente trabalho é resultado do aproveitamento parcial de uma pesquisa em curso. Especificamente para o texto ora proposto, a análise recai sobre as origens sociais, títulos escolares e carreiras de diferentes frações de “elites” no período imediatamente posterior à proclamação da República. De modo mais específico, são analisadas as “elites políticas” (senadores, deputados federais e ministros) e as “elites culturais” (“homens de letras” e professores de ensino superior). O foco central localiza-se no esforço de caracterização do campo do poder e dos efeitos da transformação do regime político para a composição das “elites” e sua diferenciação. O universo se compõe de 291 agentes para os quais se dispõe de informações completas sobre origens sociais, titulação escolar e carreiras, sendo 92 professores de ensino superior, 54 “homens de letras” e 162 “homens políticos”. Os principais resultados apontam para uma relativa homogeneidade entre origens sociais, diplomas e universos de titulação escolar e para uma certa dispersão em termos de atividades que compõe as carreiras.

**Palavras-chave:** Recrutamento; Elites políticas; Professores de ensino superior; Homens de letras

### **Introdução**

O presente trabalho é resultado do aproveitamento parcial de uma pesquisa em curso, cujo problema geral é definido pelas relações entre transformações políticas e as condições de diversificação do campo do poder e de estruturação de determinados universos sociais, com suas respectivas carreiras e princípios de legitimação. Neste sentido, a instauração da república se apresenta como um momento privilegiado para apreender os processos de estruturação de diferentes universos sociais, de diversificação do campo do poder e de seus efeitos para a recomposição das “elites”. Isso porque, ao

---

<sup>1</sup> Email: rrbordignon@hotmail.com.

menos em níveis formais, a ascensão de um novo regime se inscreve como um fenômeno de transformação dos princípios de legitimação de acesso aos cargos, portanto, cabe analisar em que medida e sob que circunstâncias tais fenômenos tem condições de se objetivar em práticas sociais, indicando efeitos nas trajetórias e nos modos de realização das carreiras.

Uma das principais dificuldades de tal estudo é justamente a possibilidade de comparação com outros trabalhos produzidos sobre períodos históricos precedentes. Isso porque, em primeiro lugar, pesquisas que tomem em conta os mecanismos de recrutamento de “elites” no período imperial são bastante escassas, sendo que as referências normalmente se resumem a apontar para aqueles trabalhos já definidos como clássicos pela literatura especializada (Carvalho, 2012). Em se tratando de buscar referências sobre o recrutamento de distintas frações sociais, a tarefa torna-se ainda mais árdua, restando como única alternativa indicações muito gerais e pouco sistemáticas sobre os mecanismos sociais que estão na base de acesso a determinadas atividades. No caso dos intelectuais, dois dos trabalhos que pretendem uma análise mais sistemática, são muito lacunares, servindo muito mais como ponto de partida para a problematização de pontos que permanecem obscuros ou única e exclusivamente como fonte de informação (Alonso, 2002; Machado Neto, 1973).

Em se tratando de possibilidades de comparação, um dos principais pontos de divergências é o peso das origens sociais e, inclusive, aquilo que se vem a considerar como origens sociais. No trabalho de Alonso (2002) sobre os intelectuais que compuseram aquilo que ficou posteriormente conhecida como a “geração de 1870”, as origens sociais em termos de “ocupação dos pais” são negadas em seu teor explicativo, dando-se preeminência aos contextos sociais e as “comunidades de experiência” nas quais se conformam os grupos que vão questionar o status quo imperial. Relativamente ao trabalho de Machado Neto (1973), como reconhece o autor, as fontes de informações são muito escassas, e sua opção por divisão e agrupamento das origens sociais em “classes” (alta, média e baixa), tende a produzir uma classificação enquanto artefato trans-histórico, no qual as referidas “classes” são identificadas a partir de sua referência à estrutura social dos países europeus. Com relação ao trabalho de Carvalho (2012), aquilo que ele refere como origens sociais são as “profissões/ocupações” das “elites políticas” e que retratariam sua inserção social e o pertencimento classista. No entanto, o próprio autor desconsidera as origens sociais como fatores explicativos, buscando o argumento

de que a homogeneidade das elites políticas do império estava associada à formação escolar.

Independente das controvérsias teórico-metodológicas implicadas nas diferentes formas de utilização das variáveis de origens sociais, e mesmo em sua definição, a principal dificuldade é que no período pós-1850, uma série de processos de classificação e reclassificação estão em curso, e sua desconsideração leva a perder de vista os efeitos dos processos de reconversão para a estruturação das hierarquias sociais. Isso porque, por um lado, há um movimento contínuo de valorização da titulação escolar como forma de legitimação das tomadas de posição política e de acesso a determinados cargos. Tal fenômeno é tangencialmente referido no trabalho de Carvalho (2012: 179-80), mas pode ser identificado de modo mais preciso na leitura de biografias e trabalhos memorialísticos, ou mesmo em uma análise das transformações das características sociais de determinadas frações de elites.

Um dos pontos sobre os quais tais pesquisas silenciam é a relação entre mecanismos de recrutamento e estrutura social, ou seja, a discussão das chances de sucesso e de fracasso relativamente as diferentes carreiras e mercados passíveis de investimentos. Tais fenômenos só podem ser apreendidos através do exame detalhado das relações entre origens sociais e pontos de chegada nos trajetos, atentando para as bifurcações e defecções associadas à construção das carreiras, e suas relações com o tempo. Ou seja, as chances de ingresso e os valores atribuídos a determinadas carreiras variam ao longo do tempo e estão associadas a mudanças estruturais, mais particularmente, às estratégias de reconversão por meio das quais determinados grupos sociais em vias de desclassificação visam manter ou ampliar suas posições. Outro dos problemas associados é que a construção e classificação social com base em determinadas categorias é derivada de um efeito de importação, tanto das denominações “sócioprofissionais” utilizadas no primeiro recenseamento realizado no Brasil (1872), quanto de seus referentes. Como indicado na pesquisa de base para o trabalho aqui apresentado, os efeitos desses processos de importação e de referência são bastante significativos para a reclassificação dos grupos dominantes e para as transformações em suas formas de apresentação e de definição de suas próprias posições sociais, fenômeno agravado fortemente com o advento de determinadas ideologias advindas das transformações políticas e sociais em curso com a ascensão da III República na França.

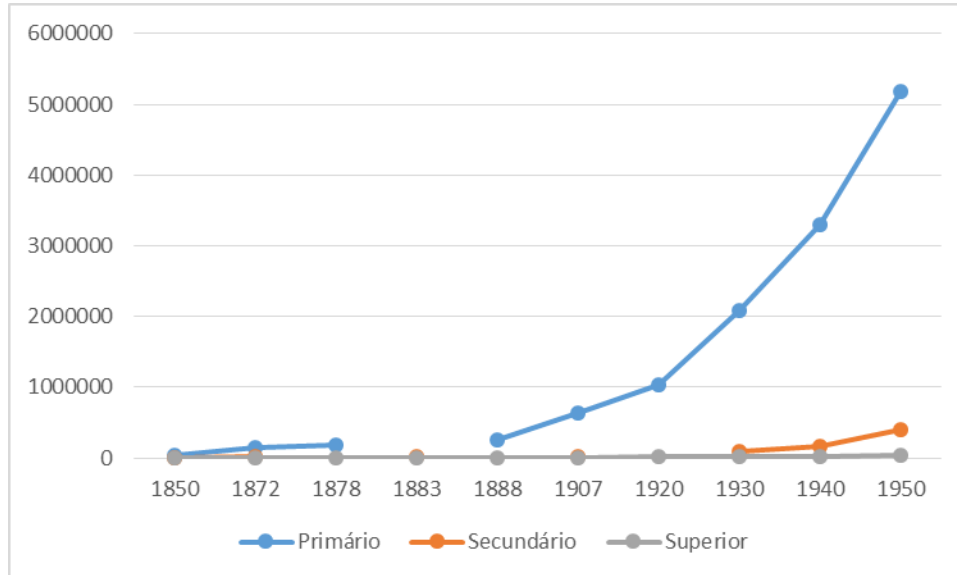
Uma destas questões é justamente a relação entre os processos de reconversão de

elites, sua imersão no contexto sócio-histórico do período pós-1850, caracterizado, em grande medida, por uma série de fenômenos de reclassificação social e, particularmente, de valorização da titulação escolar como forma de legitimação da dominação. Como identificado para outros contextos nacionais, transformações políticas e sociais têm peso determinante na (re)estruturação de distintos universos e condições de carreira, incidindo, particularmente, na concorrência pelo conjunto de oportunidades abertas em diferentes mercados. No entanto, se no caso de outros países as reformas associadas à abertura da participação social e nos processos de escolha de governantes e a ampliação do sistema escolar tiveram um efeito de *bouleversement* das estruturas sociais e de ampliação da concorrência entre diferentes competências e princípios de legitimação (Charle, 2006, Brint e Karabel, 1989; Bourdieu, 1989). No Brasil, tais transformações ocorreram de modo extremamente gradual, ocasionando uma incorporação lenta de determinados setores sociais, acoplado à difusão de um modelo dominante de estruturação das carreiras e de excelência social, particularmente caracterizado pela acumulação de atividades em diversas esferas sociais e pela centralidade do capital simbólico personificado como modalidade de reconversão das demais formas de capital.

Nesse sentido, a ampliação dos cargos e níveis de disputas ocasionada pela instauração da República é acompanhada pela manutenção de determinados processos de diferenciação social, particularmente, pela oferta e acesso à educação. Se um conjunto de trabalhos celebram o período republicano como aquele no qual se ampliam as possibilidades de acesso ao ensino em todos os níveis (Miceli, 1979; Cunha, 1980), o que se observa é que, independentemente da ampliação do número de instituições, as matrículas, índices de analfabetismo e quantidade de diplomados permanece pouco significativa. A principal decorrência disso é que torna-se significativamente difícil que o título escolar se defina como um princípio de diferenciação e hierarquização social específico frente a outros, tais como a “tradição”, o capital econômico ou o capital de relações sociais.

**Gráfico 1**

Número de alunos matriculados por níveis de ensino (1850-1950)



Fonte: Elaborado pelo autor.

**Tabela 1**

Taxa de analfabetismo (1872-1950)

<b>TAXA DE ANALFABETISMO</b>		
	População de 5 anos ou mais	População de 15 anos ou mais
<b>1872</b>	82,3%	-
<b>1890</b>	82,6%	-
<b>1920</b>	71,2%	64,9%
<b>1940</b>	61,2%	55,9%
<b>1950</b>	57,2%	50,5%

Fonte: Ferraro (2002)

**Tabela 2**

Porcentagem da população por níveis de ensino (1872-1950)

	<b>1872</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>
<b>ENSINO SECUNDÁRIO</b>	0,11%	0,41%	0,78%
<b>ENSINO SUPERIOR</b>	0,01%	0,04%	0,08%

Fonte: Elaborado pelo autor

No centro do conjunto de transformações de todas as ordens que estiveram na base do questionamento dos fundamentos da ordem imperial, está o peso dado à escolarização como instrumento contra a “dominação tradicional”. Ou seja, ao regime republicano relacionou-se constantemente um conjunto de representações ligadas à abertura dos cargos políticos e das oportunidades sociais a determinadas competências, particularmente à formação escolar contraposta à dinâmica patronal. Ocorre que as condições de acesso a escolarização e a histórica relação entre grupos sociais dominantes e as instituições escolares do império indicam uma tendência muito forte para a convergência entre recursos escolares e capital econômico (ou a condição de proprietário). Além disso, o peso significativo de relações de mediação e de sua importância para a estruturação de carreiras faz com que o princípio centrado em relações de reciprocidade seja incorporado, inclusive, por aqueles que ancoram sua legitimidade frente a determinadas atividades e universos sociais unicamente em títulos escolares (Broca, 1960).

Tendo em vista esse conjunto de observações mais gerais e que compõe a elaboração do problema de pesquisa em pauta, o propósito aqui é apresentar os resultados da exploração inicial de um conjunto de informações relativas a determinadas frações de “elites” em um período específico do tempo, os anos iniciais da república, 1891-1895. O objetivo é indicar os efeitos da transformação do regime sobre esta amostra específica e alguns indicativos acerca das transformações nas características das “elites” ao longo do tempo.

## Definições e questões de análise

Especificamente para o texto ora proposto, a análise recai sobre as origens sociais, títulos escolares e carreiras de diferentes frações de “elites” no período imediatamente posterior à proclamação da República. De modo mais específico, são analisadas as “elites políticas” (presidente, governadores, senadores, deputados federais e ministros) e as “elites culturais” (“homens de letras” e professores universitários). O foco central localiza-se no esforço de caracterização do campo do poder e dos efeitos da transformação do regime político para a composição das “elites” e sua diferenciação. A profundidade histórica é apreendida através da comparação entre as diferentes gerações que compõem as “elites” analisadas e as modalidades de carreira e estratégias de acesso aos postos acionadas por estas. Os resultados gerais apontam para uma significativa homogeneidade entre os diferentes grupos analisados, tanto no que tange às origens sociais e titulação escolar, como no que se refere às carreiras. Ao que tudo indica, a característica geral é uma forte circulação entre diferentes universos sociais e um amálgama entre recursos e princípios de legitimação.

Uma das principais dificuldades está justamente na definição das diferentes “elites” e na composição das listas a partir das quais é conduzida a análise. Isso porque, se para determinados grupos as delimitações são mais claras e, em certa medida, codificadas por critérios de entrada fundados em um *numerus clausus*, para outros, as barreiras são muito mais fluídas e, portanto, mais sujeitas a redefinições constantes. No caso das frações de “elites” retidas na pesquisa em curso, essas dificuldades se mostram de modo bastante claro. Ou seja, se no caso das “elites políticas” há um consenso mais significativo entre pesquisadores acerca de sua definição, para uma fração das “elites culturais”, a definição das listas se mostra muito mais incerta. No caso dessas últimas, a composição das listas dos professores universitários está muito mais sujeita a critérios relativamente homogêneos e explícitos, particularmente associados aos mecanismos formais de entrada nos cargos em questão, por outro lado, o pólo representado pelos “homens de letras”, dispõe de uma existência menos formalizada e mais sujeita a constantes redefinições de fronteiras. Isso faz com que a elaboração das listas para esse grupo passe por diferentes critérios de definição, normalmente usados em conjunto, os



quais incluem o recurso a obras de consagração coletiva, publicações de história da literatura, dicionários biográficos e trabalhos conduzidos por outros pesquisadores. Independentemente das minúcias metodológicas inclusas na definição das amostras e no trabalho prosopográfico, interessa especificamente para o texto ora proposto o esforço na comparação entre diferentes grupos de “elite”, organizados de acordo com cortes sincrônicos, os quais permitem visualizar o estado das relações de força e os mecanismos de diferenciação e de similitude internos ao campo do poder no Brasil no período.

Para o período aqui analisado, o universo se compõe de 308 agentes para os quais se dispõe de informações completas sobre origens sociais, titulação escolar e carreiras. Diferencialmente por frações de “elites” analisadas, chegou-se a um total de 92 professores de ensino superior, 54 “homens de letras” e 162 “homens políticos”. No que tange aos professores universitários, estão incluídos na amostra somente aqueles vinculados à Faculdade de Direito de São Paulo, à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, à Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e à Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. A escolha das instituições está associada aos objetivos que compõe a pesquisa mais geral e que está na base da presente proposta, para a qual uma das questões centrais é apreender a relação entre as diferentes transformações institucionais em curso no campo universitário pós proclamação da república e seus efeitos para a estruturação desse universo social. As informações analisadas no presente texto foram organizadas a partir da caracterização das origens sociais, medida pela “atividade” do pai e por informações diversas sobre o conjunto dos grupos familiares, do diploma e da instituição de formação escolar, e das carreiras, definidas com base nos tipos de atividades exercidas pelos agentes ao longo de seus trajetos. A comparação entre frações de “elites” permite a visualização das diferentes estratégias e princípios de recrutamento vigentes no Brasil do início da república, do mesmo modo, representa um esforço de definição da estrutura do campo do poder e dos critérios de excelência e dominação em pauta.

### **“Elites” e estrutura do campo do poder**

Uma das principais dificuldades na análise de relações entre origens sociais – medida pela “atividade” do pai – e recrutamento de “elites” em um contexto histórico e

social como aquele do Brasil de finais do século XIX, é a tendência a uma ampla multiposicionalidade dos agentes em pauta. Como alternativa para a codificação, foi considerada a posição mais elevada apresentada entre as “atividades” do pai dos agentes que compõe a amostra, isso porque se considerou que tal indicação permite lançar luz sobre o conjunto de redes de relações e possibilidades de ascensão que configura a estrutura de capitais do grupo familiar. Outra coisa que tem que ser levada em consideração é que, como as fontes utilizadas para a obtenção de informações são as mais diversas, englobando desde dicionários biográficos, memórias e biografias, até documentos oficiais de nomeação para cargos e arquivos genealógicos, mesmo que o esforço na composição da base de dados tenha sido exaustivo no sentido de parar a coleta de informações sobre um determinado indivíduo quando estas começam a se repetir, é possível que haja uma incompletude nas informações, de modo que é correto supor que não foi possível obter todas as informações sobre as “atividades” do pai e do grupo familiar dos agentes em pauta.

No que tange a estrutura mais geral do universo em análise, as principais diferenças relativamente as origens sociais dos professores de ensino superior, “homens de letras” e “elites políticas” indicam uma predominância daqueles cujos pais são “proprietários”, “oficiais militares” e “deputados gerais ou provinciais”, apresentando algumas especificidades por fração de “elite” em pauta. No caso dos professores de ensino superior, há uma predominância de filhos de “oficiais militares” (21,9%), de “proprietários” (20,5%) e de “deputados gerais e provinciais” (20,5%). Entre as “elites” políticas, predominam os filhos de “proprietários” (44,2%) e de “oficiais militares” (21%). Os “homens de letras” correspondem a fração social que indica uma maior polarização interna, predominando de um lado os filhos de “proprietários” (37%) e, por outro, àqueles cujos pais pertencem as frações sociais mais baixas aqui consideradas, a dos “funcionários públicos, pequenos proprietários e artesãos” (23,9%).

Este conjunto de relações entre origens sociais e recrutamento das diferentes frações de “elite” se reconfigura ao tomarmos em conta as divisões de cargos, no que tange as “elites” políticas, e as divisões institucionais em relação aos professores de ensino superior. Com relação ao primeiro grupo, a divisão entre cargos executivos, senadores e deputados federais faz aparecer uma associação significativa entre os filhos de “funcionários públicos, pequenos proprietários e artesãos” (11,1%) e de “profissionais liberais” (8,9%) e os deputados federais. Outra tendência significativa a ser destacada é a

relação entre os descendentes de famílias de militares e o exercício de cargos executivos (23,1%) e da senatoria (22,2%). Isso se deve principalmente às alianças entre grupos militares e outras frações sociais nos anos iniciais da República. Relativamente aos professores de ensino superior, ocorre uma associação mais significativa entre os filhos de “deputados gerais e provinciais” (30,4%), de “oficiais militares” (21,7%) e de “funcionários públicos, pequenos proprietários e artesãos” (13%) e os professores da Faculdade de Direito de São Paulo. No caso das faculdades de direito do Rio de Janeiro (Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro), a principal mudança com relação as tendências gerais apresentadas anteriormente é a presença significativa de filhos de “ministros e senadores” do Império (25,9%). Com relação à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, esta não foge as tendências apresentadas anteriormente para o conjunto dos professores de ensino superior.

Estas associações entre origens sociais e recrutamento de “elites” são melhor especificadas ao confrontarmos tais informações com a titulação escolar e instituições de formação relativamente as diferentes frações em análise. Isso porque, a inclusão de tais variáveis permite apreender também algo acerca dos processos de reconversão de determinados grupos ou frações sociais. Para o caso dos professores de ensino superior, a descrição das características em termos de níveis de titulação escolar faz pouco sentido, até mesmo porque o diploma de ensino superior é exigido como critério primário de acesso aos cargos. No caso das frações de “homens de letras” e das “elites” políticas, a posse de ensino superior é bastante significativa para a chegada a tais posições, sendo que, respectivamente, 85,2% e 83,9% possuem tal nível de escolarização. Considerando os tipos de diplomas, são dominantes aqueles formados em direito (53,7% entre os “homens de letras” e 46,9% entre as “elites” políticas). Tomando alguns dados mais específicos, entre os “políticos”, temos ainda 20,4% de formados em medicina e 13,6% que frequentaram o ensino politécnico<sup>2</sup>, para os “homens de letras” são 14,8% de formados em medicina e no ensino politécnico.

As associações entre titulação escolar e recrutamento de elites levam a interrogação dos universos de circulação e socialização aos quais estão submetidos tais

---

<sup>2</sup> Dadas as transformações ocorridas nas Escolas Militares, particularmente a partir dos anos 1850, e foram incluídos nesta categoria (“ensino politécnico”) todos aqueles que se formaram na Escola Central (para maiores detalhes, ver Cunha, 1980).

grupos. Neste sentido, as relações entre instituições de formação escolar e frações de elite indicam algumas tendências. Em primeiro lugar, cabe destacar a forte endogenia das instituições de ensino superior criadas no início do Império, quais sejam, a Faculdade de Direito de São Paulo e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Para a primeira, 81,5% dos professores são formados na própria instituição, para a segunda, a proporção é de 88,9%. Tal fenômeno está associado tanto as condições históricas de restrição do sistema de ensino superior, quanto ao processo de objetivação social de tais instituições e ao peso das relações personificadas nos bancos escolares como forma de recrutamento dos quadros professorais. No que se refere as faculdades criadas com o advento da República, particularmente para o caso em pauta, as “Faculdades Livres de Direito do Rio de Janeiro”, há uma relação mais ou menos simétrica com as duas instituições oficiais de formação jurídica do Império, sendo que 55,2% dos professores dessas instituições vem da Faculdade de Direito de São Paulo, e 41,4% da Faculdade de Direito do Recife. A centralidade da formação jurídica como forma de inserção em um tipo de “cultura geral” é significativa para o conjunto dos “homens de letras”, assim como a relação entre a estruturação de *coteries* e a passagem por determinados bancos escolares (Broca, 1960; Machado Neto, 1973). Dentre estes, 25,9% formaram-se na Faculdade de Direito do Recife, e 27,8% na Faculdade de Direito de São Paulo.

Em termos de relações entre chances de investimentos escolares e origens sociais, as principais evidências apontam para um peso significativo das condições de acesso aos diplomas e especificam de modo mais claro as principais oposições do universo social em pauta. O índice mais significativo daqueles que não possuem ensino superior está entre os filhos de “funcionários públicos, pequenos proprietários e artesãos” (21,4%). Considerando os filhos de “ministros e senadores”, bem como de “deputados gerais e provinciais” do Império, a totalidade possui ensino superior. Além desses, 93,1% dos filhos de proprietários e 95,6% dos de oficiais militares possuem ensino superior, o que indica investimentos significativos de tais frações sociais no encaminhamento de seus descendentes aos bancos escolares e, particularmente, uma valorização do diploma escolar como modo de legitimação de acesso às posições. Outro ponto que merece ser destacado é justamente o tipo de diploma visado, em termos específicos, tanto os filhos de oficiais militares, quanto os de proprietários são direcionados para as chamadas profissões liberais, com 76,1% dos descendentes dos primeiros e 85,1% dos segundos formados em direito e medicina. Uma das principais questões relativamente à isso é a

consideração de que aquilo que se convencionou – inclusive oficialmente<sup>3</sup> – chamar de classe média, é fruto de processos de reconversão de frações sociais específicas, particularmente a partir da segunda metade do século XIX, como estratégia de reclassificação.

Em termos de investimentos de carreira a origens sociais, um conjunto de relações permitem especificar de modo mais claro as associações acima indicadas. Considerando as relações entre origens sociais e primeira “atividade” exercida na carreira, o que chama atenção é a tendência ao investimento em funções da magistratura ou no exercício de profissões liberais. Colocando de modo mais específico, entre os filhos de proprietários e de deputados gerais e provinciais, é bastante significativo a proporção dos que iniciam suas carreiras através de profissões liberais (36,9% e 34,5%, respectivamente). Igualmente é bastante significativa a proporção dos filhos de ministros e senadores, de deputados gerais e provinciais e de proprietários que obtêm nomeações para cargos na magistratura como *début* das carreiras (30,6%, 24,1% e 23,3%, respectivamente). Em termos de tendências a reprodução social das posições, o caso mais significativo é dos filhos de oficiais militares, para os quais o exercício de atividades militares como princípio da carreira é da ordem dos 28%. O caso mais específico de diversificação das atividades iniciais de carreira é aquele dos filhos de funcionários públicos, pequenos proprietários e artesãos. Nem sempre com poder político suficiente para a obtenção de posições na magistratura, ou para o investimento nas profissões liberais, estes tendem a apresentar uma variedade de atividades de início de carreira, as quais variam entre o exercício do magistério (primário e secundário, público ou particular), o pequeno funcionalismo público, atividades em jornais e tipografias, englobando inclusive, atividades manuais (tais como a construção civil).

Estes pontos de entrada nas carreiras ajudam a compreender de modo mais específico os pontos de chegada. As tendências mais significativas nestas relações especificam alguns processos de estruturação social presentes no universo em pauta e as oposições entre as frações em análise. No caso daqueles que iniciaram suas atividades no exercício do magistério (primário e secundário, público ou particular), no pequeno funcionalismo público, em atividades em jornais e tipografias, e em atividades manuais, 49,9% fazem parte daquilo que se define aqui por “homens de letras”. Tomando em

---

<sup>3</sup> Ver Sarmiento, 1862.

conta a fração representada pelos professores de ensino superior, os principais pontos de saída dos trajetos são as profissões liberais (29,3%), as funções na magistratura (20,7%), e as atividades de professor substituto nas faculdades (17,4%), particularmente significativa para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (30,6%). Uma divisão a ser destacada quanto ao grupo de professores de ensino superior é justamente a relação entre as instituições e cursos aos quais estes estão vinculados e os pontos de saída das carreiras. Se no caso dos professores da Faculdade de Medicina é significativo o ingresso na carreira através da vinculação à faculdade como professor substituto (primeiro passo formal para a obtenção da cátedra), no caso das Faculdade de Direito, há uma divisão entre aquela de São Paulo e as do Rio de Janeiro. Para a primeira, é muito significativa a presença de professores que iniciaram suas carreiras em cargos de magistratura (25,9%) ou no exercício da atividade legislativa através dos cargos de deputado geral ou provincial (22,2%). No caso das faculdades livres de Direito do Rio de Janeiro, pelas próprias condições de sua constituição (Venâncio Filho, 1977), há uma predominância daqueles que iniciaram suas carreiras nas funções de magistratura (37,9%), normalmente saídos de posições hierárquicas mais elevadas do que seus correlatos de São Paulo, ou que se consagraram através de sua atuação em escritórios de advocacia ou como juristas na Capital Federal (34,5%).

No que tange as “elites” políticas, as associações mais significativas entre o *début* das carreiras e as posições de chegada reforçam as indicações anteriores, apontando para uma forte associação entre aqueles que iniciaram suas atividades como “proprietários” e “militares” e o exercício de cargos políticos no início da República (11,7% e 17,3%, respectivamente). De modo menos significativo, cabe destacar aqueles que iniciaram suas carreiras como profissionais liberais ou em funções de magistratura e as “elites políticas” (29% e 20,4%, respectivamente). Relativamente a esta fração de “elite”, cabem algumas especificações quanto as divisões internas, particularmente em termos de associação entre pontos de saída e cargos. Tomando os cargos executivos, as relações mais significativas são entre aqueles que iniciaram suas carreiras em funções da magistratura ou como “militares” (28,9% para ambos). As relações entre aqueles que foram “militares” e o exercício da senatoria também é bastante significativo (16,4%), sendo igualmente importante o peso daqueles que eram proprietários e alcançaram cargos no senado (17,9%). No caso dos deputados federais, as relações mais significativas são para aqueles que foram profissionais liberais (34%), deputados durante o Império (14%),

e em menores proporções, proprietários (10%). Como é possível notar, tais indicações vem reforçar as associações indicadas anteriormente entre origens sociais e frações de “elites”.

Um último ponto a ser destacado é a relação entre o exercício de determinadas atividades ao longo das carreiras e a estruturação do universo em pauta. Considerações desse tipo permitem visualizar a natureza dos investimentos em termos de realização das social e “profissional”, bem como identificar os critérios de excelência vigentes em espaços de atuação específicos. Como é possível notar na Tabela 3, há uma certa homogeneidade no exercício de atividades privadas, ocupação de cargos públicos e/ou eletivos e a carreiras relativamente as frações sociais em análise.

**Tabela 3**

Frações sociais e atividades que compõe as carreiras

		<b>PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR</b>	<b>“HOMENS DE LETRAS”</b>	<b>“ELITES” POLÍTICAS</b>
<b>EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PRIVADA</b>	S	63 (68,5%)	32 (59,3%)	106 (65,4%)
	N	29 (31,5%)	22 (40,7%)	56 (34,6%)
<b>TOTAL</b>		92 (100%)	54 (100%)	162 (100%)
<b>OCUPAÇÃO DE CARGO ELETIVO</b>	S	69 (75%)	29 (53,7%)	149 (92%)
	N	23 (25%)	25 (46,3%)	13 (8%)
<b>TOTAL</b>		92 (100%)	54 (100%)	162 (100%)
<b>OCUPAÇÃO DE CARGO PÚBLICO</b>	S	88 (95,7%)	44 (81,5%)	138 (85,2%)
	N	4 (4,3%)	10 (18,5%)	24 (14,8%)
<b>TOTAL</b>		92 (100%)	54 (100%)	162 (100%)

Fontes: Dicionários biográficos; Notícias necrológicas; Memórias; Autobiografias; Biografias.

Inclusive, a forte porcentagem de agentes que exercem os três tipos de atividades em pauta indica um processo contínuo de monopolização de determinadas posições frente a diferentes mercados de postos, bem como uma tendência ao exercício de atividades múltiplas. Mesmo que de modo geral, dado que as atividades definidas como

privadas, os cargos públicos e os cargos eletivos podem ser compostos de uma variedade significativa de investimentos, de níveis hierárquicos e de tempo de dedicação, o fato é que a proporção daqueles que atuam em múltiplas frentes é bastante significativa. Resta especificar as relações entre o conjunto de atividades exercidas pelos diferentes agentes em pauta e os processos de gestão do tempo e de realização das carreiras. Assim, como dos diferentes níveis de inserção e de retribuição retirados das múltiplas frentes de atuação. No entanto, por ora isso fica parcialmente referido, sendo que não faz parte das possibilidades da exploração inicial aqui proposta.

### **Considerações finais**

As principais indicações em termos de recrutamento das distintas frações sociais tomadas para análise no presente texto apontam para uma relativa homogeneidade entre origens sociais, diplomas e universos de titulação escolar. Tais indicações apontam, inclusive, para os processos mais gerais de reconversão de elites e de reclassificação social, particularmente através do investimento em atividades tidas e definidas como mais modernas no horizonte das representações sociais que compõe a segunda metade do século XIX.

Como ficou relativamente indicado, há uma relação significativa entre chances de carreira e origens sociais, implicando, em termos de longa duração, na apreciação dos diferentes efeitos das transformações históricas e sociais sobre a composição e recomposição da estrutura social e sobre as transformações acerca da valorização de determinados atributos e ou carreiras. Além disso, tais fenômenos tendem a incidir diretamente na complexidade da análise, elaboração de bases de dados e construção de variáveis. Isso porque, a apreensão dos processos mais gerais que estão na base dos mecanismos de diferenciação e hierarquização social dependem de um esforço para apreender a multiplicidade e multidimensionalidade das posições ocupadas ao longo dos trajetos, bem como suas diferentes relações com os mercados e o tempo.

Um exemplo disse é que, se por um lado as carreiras de professor de ensino superior tendem a se formalizar em termos de critérios de entrada, a dimensão mais formal e explícita das trajetórias, normalmente celebradas em obras de consagração as



mais diversas, são permeadas por um conjunto de investimento e relações que compõe um sistema múltiplo de relações sociais especificadas por diversas empresas e expectativas de carreira. Tais princípios de hierarquização e excelência social são, inclusive, incorporados por outros grupos sociais em posições menos vantajosas, o que leva ao próprio reforço e valorização de determinadas modalidades de realização social e profissional. No que tange aos “homens de letras”, por exemplo, ao que tudo indica, estes ocupam uma posição dominada no que se refere as origens sociais e escolares relativamente às outras frações das “elites” em pauta, no entanto, tendem a direcionar seus investimentos para a acumulação dos mesmos recursos e redes que compõe as trajetórias dominantes. Para o projeto que segue, o desafio a apreender as relações entre o avanço histórico do regime republicano instaurado em fins do século XIX no Brasil e seus efeitos para a recomposição de elites e estruturação de padrões de carreira e universos sociais.

### **Referências bibliográficas**

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (orgs.). **O Brasil Imperial**, v. III (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ANJOS, José Carlos Gomes. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas e definição da identidade nacional**. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS/UFRGS. Porto Alegre, 1998.

BARROS, Roque Spencer Maciel. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: FFCL, 1959.

BOURDIEU, Pierre ; BOLTANSKI, Luc ; SAINT-MARTIN, Monique. Les stratégies de reconversion : les classes sociales et le système d'enseignement. **Social Science Information**, 12 (5), p. 61-113, 1973.

BOURDIEU, Pierre **La noblesse d'État** : grandes écoles et esprit de corps. Paris : Les Editions de Minuit, 1989.

BRINT, Steve. and KARABEL, Jerome. **The diverted dream**: community colleges and the promise of educational opportunity in America, 1900-1985. New York: Oxford University Press, 1989.

BROADY, Donald ; CHMATKO, Natalia ; SAINT-MARTIN, Monique. **Formation des élites et culture transnationale**. Colloque de Moscou, 27-29 de avril, 1996. Paris : CSEC, École des Hautes Études en Sciences Sociales / Suède : Université d'Uppsala, 1997.

BROADY, Donald ; SAINT-MARTIN, Monique ; PALME, Mikael. **Les élites** : formation, reconversion et internationalisation. Colloque de Stockholm, 24-26 de septembre, 1993. Paris : CSEC, École des Hautes Études en Sciences Sociales / Stockholm : FUKS, Lararhogskolan, 1995.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro : Livraria José Olympio Editora, 1960.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARLE, Christophe. **Les élites de la République**, 1880-1900. Paris : Fayard, 2006.

\_\_\_\_\_. **Naissance des « intellectuels » - 1880-1900**. Paris : Les Éditions de Minuit, 1990.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes Famílias e Elite 'Profissional' na Medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. III (3), Rio de Janeiro, 1997.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã**: da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, [1958] 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2º ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da idade de ouro: elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: Tempo Brasileiro, 1994.

\_\_\_\_\_ (org.) **A República na velha província: oligarquias e crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989.

FRAGOSO, João. A economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no império português (séculos XVI e XVII). **Dimensões**, v. 13, 2001 p. 14-27.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MACHADO NETO, Antônio Luís. **Estrutura social da República das Letras – sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930)**. São Paulo: Edusp, 1973.

MELLO, Maria Tereza Chaves. A modernidade republicana. **Revista Tempo**, n. 26, 2009, p. 15-31.

MICELI, Sergio. La division du travail entre les sexes et division du travail de domination : un étude clinique des anatoliens au Brésil. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 1, n. 5-6, 1975, p. 162-182.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo – Rio de Janeiro : Difel, 1979.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

SARMENTO, José Joaquim de Moraes ; *et all.* **Reforma eleitoral** : eleição direta. Recife : Tipografia Universal, 1862.

SEIDL, Ernesto. **A espada como “vocação”**: padrões de recrutamento e de seleção das elites do exército no Rio Grande do Sul (1850-1930). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política / UFRGS, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SIMÕES NETO, Teotônio. **Os bacharéis na política, a política dos bacharéis**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais/USP, [1983] 2006

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

Trabalho em elaboração, favor não citar sem autorização do autor.

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.